

UMA PERSPECTIVA DO MORGADIO NO FEMININO EM PORTUGAL

por

Judite Maria Nunes Esteves*

Resumo: A instituição morgada foi desde sempre considerada um tipo de propriedade marcadamente masculina e nesta óptica tem sido estudada por juristas e por historiadores. Neste artigo, a autora procura contrariar esta tendência perspectivando esta propriedade a partir da análise de fontes documentais em que as mulheres nela surgem implicadas. Os resultados apesar de não desmentirem o carácter essencialmente masculino do morgadio, revelam uma presença incontestável de mulheres principalmente como instituidoras de vínculos. Esta visibilidade, neste acto, revela a sua aceitação e a cumplicidade na manutenção e proliferação deste tipo de propriedade. Para além de se provar a significativa presença feminina entre os instituidores vinculares relevam-se ainda documentos que descrevem actos e exprimem opiniões de mulheres que lutam pela *sucessão*, pela administração ou pela sobrevivência do morgadio, deixando adivinhar conviências maiores, não documentadas mas calculadas.

Palavras-chave: Morgadio; sucessão; feminino.

Abstract: The *majorat* institution has always been considered a kind of property remarkably masculine and jurists and historians have been studying it through this point of view. In this article the author seeks to contradict this tendency by studying this property basing it on the analysis of documentation in which women are referred to. The results reveal an undeniable female presence, as bonds institutions, despite of not denying the essentially male characteristics of the *majorat*. By this act, this point of view reveals the acceptance and will to maintain and continue this kind of properties. Beyond proving the significant female presence among bonds institutions there are also relevant documents which describe acts and express women's opinions who have fought for the succession, the administration and the survival of the *majorat*, foreseeing major consequences that are not documented but rather calculated.

Keywords: Majorat; succession; feminine.

O morgadio em Portugal

A propriedade vinculada, nos modelos de morgadio e capela, foi-se afirmando em Portugal de forma relevante desde o século XIII até ao XIX. Este tipo de propriedade caracterizou-se essencialmente pela exigência em manter um património, essencialmente

* Doutorada em Estudos Portugueses, especialidade de Cultura Portuguesa (Século XX), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Investigadora.

fundiário, indivisível e inalienável assim como pela preferência dada à sucessão e administração do filho varão primogénito. Constatase, no entanto, que estas instituições tiveram ao longo do tempo variabilidades várias que afectaram, nomeadamente, o modelo de sucessão maioritariamente masculino.

A propósito do presente tema utilizaremos preferencialmente as denominações vínculo e morgadio, embora estejam igualmente incluídas neste tipo de posse e transmissão de património as chamadas capelas. Sucintamente diremos que os morgadios e capelas constituem ambas formas de bens vinculados, a diferença entre eles encontra-se no facto de o rendimento do morgadio ter como objectivo essencialmente a manutenção de uma *casa* – esta não entendida enquanto edifício, mas sim como um património material e simbólico ou seja um conjunto de bens associados a um nome de família, a uma acção histórica valorizada, devidamente expostos em símbolos diversos cujo objectivo era manter, se possível aumentar e transmitir –, não excluindo, no entanto, que parte desse rendimento fosse aplicado em encargos pios. Porém, quando se optava por instituir uma capela, os rendimentos eram à partida aplicados em obras pias e apenas o que restava daqueles era usufruído pelo instituidor ou pelos seus sucessores e, eventualmente, investidos numa *casa*. As regras jurídicas que sustentavam ambos os vínculos não diferiam.

A longevidade da instituição morgada assim como as características que lhe eram intrínsecas – determinantes para a concretização de inúmeros projectos de afirmação económica, de legitimação social e de ascensão política de muitas famílias – fizeram desta forma de gestão do património familiar uma organização de grande peso social. Aliás, as dimensões da sua importância explicam os obstáculos que se levantaram à sua extinção. Com efeito, a constituição de morgadios ou capelas foi uma das práticas frequentemente utilizada para ascender socialmente, não só localmente – muitas vezes uma primeira fase de ascensão – mas também à escala nacional, a partir do momento em que grandeza do património e o prestígio do nome dos indivíduos representavam um certo peso económico e social. Tratou-se assim de um tipo de instituição que contribuiu grandemente para a afirmação social, política e económica de muitas famílias e consequentemente para o nascimento e valorização de muitas *casas*.

A legislação que pôs fim ao morgadio fê-lo considerando esta instituição numa perspectiva nobiliárquica ou pelo menos como própria de grupos sociais privilegiados; porém, esta óptica pode ser considerada falaciosa. Na realidade, até 1770, qualquer indivíduo, com algum património, podia instituir um morgadio e só depois desta data surgem restrições na tentativa de o limitar a indivíduos de condição nobre. Com efeito, até então, o estatuto social de instituidores nunca tinha sido questionado. As facilidades de fundação de morgadio conjuntamente com as regalias que a instituição podia trazer provocaram a sua excessiva multiplicação e conduziram à regulamentação no sentido de lhe impor limites.

Considerada exagerada de facto, a sua multiplicação acaba por não escapar à atenção do marquês de Pombal que faz publicar precisamente em 1770 uma primeira legislação de limitação da instituição do morgadio. Momento a partir do qual crescem as críticas a este modelo de propriedade e se sucedem outras tentativas de legislar no sentido de condicionar, ou mesmo acabar, com a sua existência.

Contudo, apesar da atmosfera carregada de ideais de liberdade e de igualdade veiculados pela revolução liberal do início do século XIX e pelo concomitante aumento da censura a este tipo de propriedade, o processo de extinção dos morgadios foi longo e difícil. Os debates provocados pela questão mobilizaram essencialmente grupos colocados

no topo da pirâmide social portuguesa. Eram estes que tinham acesso aos meios de comunicação e assento nas câmaras parlamentares. Como iremos referir adiante também temos conhecimento, através de literatura epistolar, que o fim do morgadio contrariava igualmente mulheres de alguma forma envolvidas na instituição. O papel destas na reprodução deste sistema de propriedade parece-nos ter sido mais activo do que na generalidade se refere. No entanto, apesar de todas as possíveis discordâncias femininas ou masculinas, os morgadios foram extintos oficialmente em 1863.

Uma perspectiva do morgadio no feminino

Ao perspectivarmos a instituição e transmissão de vínculos patrimoniais em Portugal, tendo em atenção os nomes femininos inscritos nos documentos, somos conduzidos a uma constatação que nos distancia, de certo modo, da visão mais tradicionalista dos morgadios, ou seja que se trata de uma instituição essencialmente masculina. Não se pretende contrariar em absoluto o que aceitamos ser uma dominante, mas um olhar mais atento sobre os documentos levam-nos a relativizar a natureza masculina do morgadio. Facilmente se constata a presença feminina nas notícias que nos chegam do passado, relativamente ao património vinculado.

Na realidade, as fontes e os trabalhos escritos acerca do morgadio em Portugal evidenciam o facto de ao longo do tempo de existência desta instituição, a sucessão feminina raramente ter sido completamente excluída. Se na verdade é principalmente desde o reinado de D. João I, depois da *Lei Mental*, a sucessão vincular se fazia preferencialmente com base na regra de primogenitura e masculinidade, porém, na falta de herdeiro masculino no grau de consanguinidade exigido, recorria-se preferencialmente à sucessão feminina nesse mesmo grau, antes de se procurar sucessor masculino num parentesco mais afastado. Tal não implica que não houvesse casos em que a mulher era completamente excluída. Gama Barros¹ ao descrever a sucessão imposta por D. Martinho da Costa, Arcebispo de Braga, no morgadio fundado por si em 1306, sublinha a determinação do arcebispo em excluir qualquer mulher na sucessão deste vínculo. Sem corresponder à maior parte dos casos, o exemplo que acabámos de referenciar não é, naturalmente, único e tudo indica que a exclusão feminina era relativamente frequente ainda no século XVIII. Só assim se explica a preocupação manifestada na legislação Pombalina de 3 de Agosto 1770 que no seu 9.º ponto constata e determina: "atendendo a que os Morgados de Agnação, e de Masculinidade, que nos Países, onde os conserva o Direito Feudal, tem causado ruínas de Famílias inteiras vendo passar à vista das próprias filhas delas os seus patrimónios a estranhos, os quais umas vezes se acham com elas fora de grau, e outras lhes são inteiramente desconhecidos; quando este direito é por si mesmo inconsistente com os Morgados deste Reino, onde o sobredito Direito Feudal é totalmente estranho, e oposto aos objectos, com que são permitidos os mesmos vínculos entre meus vassallos; Ordeno, que todos os Morgados de Agnação, ou Masculinidade fiquem por esta Lei extintos, e abolidos quanto às vocações; ficando existindo nos actuais Administradores e nos seus descendentes, e sucessores legí-

¹ *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII-XV*, Tomo VIII, p. 266.

timos com a natureza de Regulares, como se as sobreditas disposições de Agnação, ou Masculinidade nunca houvessem existido”².

Mas se os morgadios que excluía completamente as mulheres da sua administração são mencionados e proibidos nesta lei pombalina, possivelmente devido à sua frequência, isso não significa que, inversamente, não tenham existido os que excluía os homens da sucessão e que por esta mesma lei são igualmente proibidos, pois a partir dela só podiam prevalecer os chamados morgadios regulares [desde o século XVI que os juristas classificavam os morgadios em *regulares* e *irregulares*. Eram *regulares* os que seguiam a ordem de sucessão proposta nas Ordenações Filipinas ou seja dando a preferência ao filho varão primogénito para suceder ao administrador. Nesta linha de sucessão as mulheres eram excluídas enquanto existissem irmãos homens, mesmo mais novos que aquelas. Estas só sucederiam quando nesta mesma linha não existissem varões. Depois de esgotada a linha recta passava-se à colateralidade, escolhendo sempre que possível o parente mais próximo, de sexo masculino e mais velho. Perante a inexistência de parentes masculinos passava-se aos femininos caso existissem. Eram *irregulares* os morgadios que obedeciam a outra ordem de sucessão, como por exemplo quando a sucessão era escolhida segundo a vontade do administrador ou por alguém por si designado para fazer essa escolha, não respeitando a ordem seguida pelos regulares]. Possivelmente, o morgadio que exigia a sucessão feminina só não terá merecido referência na Lei de 1770 pela sua diminuta existência em comparação com os que exigiam a sucessão exclusiva masculina. Porém, tal não implica que a sucessão feminina não tivesse sido muitas vezes exigida nos documentos de instituição de vínculos. Deste tipo de exigência escolhemos três exemplos, considerando no entanto que muitos mais poderão ter existido.

Um caso interessante é o do “Vínculo das Poveiras”, em S. Torcato, (Guimarães). Refere-se na sua instituição, feita em 1612 pelas irmãs solteiras, Helena e Maria de Meira: “que ande sempre em fêmea honesta legítima descendente de nossos pais”. Foi assim passando de tias para sobrinhas e apesar das várias legislações que procuraram regular a sucessão do morgadio e extinguir os menos rentáveis (que era o seu caso) tentava, ainda em 1843, um dos descendentes, recorrendo aos tribunais, evitar a concretização da sua abolição (tinha sido abolido por Despacho de 4.4.1832) e passá-lo para uma filha, o que não foi conseguido como refere Maria Adelaide Pereira de Moraes na sua obra *Velhas Casas*³, onde também afirma, que se trata de um “morgadio velhinho, envolto em lendas, romântico, só para senhoras”.

Igualmente o Padre Jerónimo Lopes do Espírito Santo, no ano de 1680 institui em Barcelos o Vínculo de S. Vicente Ferreira estabelecendo que nele “sucederá a fêmea e será preferida ao macho”, como refere Ana Maria Costa Macedo na sua obra *Família, Sociedade e Estratégias de Poder (1750-1830)*. Neste caso o morgadio foi passando de mulher para mulher até à legislação pombalina já referida, momento em que o irmão primogénito da sucessora exige o cumprimento da nova lei, transformando o morgadio em regular e pondo fim à exigência da sucessão feminina.

Por último, uma referência interessante encontrada na obra de Luís Bívar Guerra, *A Casa da Graciosa*⁴, que ao descrever a genealogia dos Meneses Pita menciona D. Grácia

² ANTT, Leis, maço 7, doc. 18.

³ IV, “Quinta do Paço”, p. 66.

⁴ p. 28.

Pita, filha de Sebastião Rodrigues Pita e de Leonor Pita Calheiros, que viveu “numas casas nobres da Rua da Corredoura, na Vila de Caminha, que veio a ser a origem do Morgado dos Pitas”. Tendo casado com João Pita de Vasconcelos, ainda seu parente, esta senhora que viveu entre o fim do século XVI e o início do século XVII, instituiu um morgadio, determinando que este passasse às filhas mais velhas das administradoras e estas fossem sempre preferidas aos varões.

Estes são três casos entre muitos outros. Se por um lado temos de aceitar que estas situações são excepções que contrariam a regra que prefere sempre o varão à fêmea, por outro, tudo leva a crer que esteve sempre latente na sociedade portuguesa a preocupação de incluir a linha feminina na sucessão vincular.

Ao tentarmos considerar a visão que as mulheres tiveram, ao longo do tempo, dos vínculos patrimoniais como instituição predominantemente masculina, parece poder-se concluir que os aprovaram e defenderam tal como os homens que ao longo de vários séculos aceitaram e incentivaram este tipo de gestão de bens.

Olhando alguns dos documentos onde são referenciados nomes de instituidores e administradores de morgadios, facilmente nos apercebemos que a escassez de administradoras contrasta com um número muito significativo de instituidoras. Ou seja, a quantidade de mulheres que individualmente – solteiras, viúvas ou mesmo casadas – instituem morgadios é bastante elevado. Foi muito vulgar uma mulher solteira ou um grupo de irmãs, eclesiásticas ou laicas, ou mesmo viúvas, tendo em sua posse uma quantidade considerável de bens, instituir – muitas vezes em testamento, mas não só – um morgadio ou capela, para o qual determinavam o sucessor ou a sucessora. Na maior parte dos casos destinando a sucessão a um filho, um sobrinho ou irmãos. A frequência com que recorreram a esta instituição como meio de transmitirem o seu património demonstra, de alguma forma, a sua aceitação da instituição e a utilidade que viam nela. Se por um lado, o afastamento da mulher da sucessão no morgadio era imposta, por vezes, pelas regras tendencialmente masculinas da instituição, por outro, a possibilidade de conversão de bens em propriedade vinculada não punha restrições de sexo, pelo que o acto de instituir um morgadio era uma opção liberta de constrangimentos de ordem sexual que as mulheres escolheram frequentemente.

As razões que levaram muitas mulheres a instituir vínculos parecem ser de vária ordem. Motivos muito específicos e variados que merecerão, certamente, um estudo aprofundado. É possível, no entanto, afirmar desde já que ao concretizarem um acto deste tipo condicionavam de imediato a transmissão dos seus bens, criavam um sério obstáculo à sua divisão e perpetuavam a memória de si nas gerações vindouras, para além de nos casos em que ainda tinham muita vida pela frente – como já se disse, por vezes estas instituições eram feitas em testamento, mas não unicamente –, o seu papel social ser alterado no sentido de um maior poder e notoriedade.

Para transmitir uma ideia do número de instituições de vínculos “no feminino” pode-se fazer uma leitura, mesmo superficial, do documento manuscrito de João d’Arruda Botelho da Câmara, denominado *Memórias Genealógicas proveitosas aos moradores desta Ilha que compôs João d’Arruda Botelho da Câmara desta mesma Ilha anno de 1790*. Neste documento, em que o autor procurou reunir notícia de todos os vínculos, instituidores e administradores existentes na Ilha de São Miguel nos Açores, encontram-se os nomes de 127 mulheres instituidoras, num universo de 315 instituições. Inversamente, entre os administradores em funções na altura em que o documento é elaborado, encontram-se os nomes de 4 mulheres entre 46 nomes.

O facto de a mulher contribuir facilmente para a proliferação de uma instituição que, na maioria das vezes, não controlava explicitamente volta a ser verificado se tivermos em atenção o número de instituições femininas referenciadas no registo de vínculos existente no Arquivo Nacional da Torre de Tombo⁵ feito em cumprimento da legislação de reforma vincular de 1860 que obrigava a um processo de registo de todas as instituições que se quisessem manter vinculadas. Em 148 processos, recebidos dos Governos Cíveis de Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Funchal, Horta, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre, Porto e Santarém, são referidos cerca de 675 vínculos – morgadios e capelas – dos quais perto de 200 foram instituídos por mulheres. Todavia, de cerca de centena e meia de processos de registo de vínculos feitos ao abrigo da referida legislação apenas 17 apresentam uma mulher como administradora.

É possível, ainda, assinalar situações, também não raras, em que homens, muitas vezes eclesiásticos, instituem morgadios ou capelas cuja administração entregam a irmãs, sobrinhas ou afilhadas. Estudámos um caso, disso mesmo exemplo, em que um padre institui no seu testamento dois morgadios que deixa a duas irmãs que escolhe num grupo de oito irmãos seus. Sem sabermos as suas motivações a verdade é que privilegiou duas irmãs em detrimento de irmãos homens⁶.

Tudo indica que apesar de a memória histórica ter mantido na obscuridade o papel feminino na gestão do património vinculado, uma análise cuidada dos documentos poderão revelar que a mulher marcou uma posição importante na instituição, na transmissão e na manutenção da propriedade vinculada, enquanto esta foi considerada uma forma de engrandecimento da família. Muitos terão sido os dramas por que passaram, muitos terão sido os sacrifícios a que sujeitaram as suas vidas para manterem o poder da família. Naturalmente, devemos evitar anacronismos e ter consciência dos valores próprios das circunstâncias temporais que envolveram as mulheres nascidas em famílias morgadas, da socialização que era feita da criança de forma a ancorá-la a determinados valores que só excepcionalmente eram postos em questão.

Não resistimos a referir o drama vivido por uma mulher no século XVII, numa tentativa de assegurar a sucessão num morgadio. Trata-se da história que teria dado origem à denominação de Morgadio do Parto Suposto ao que antes se chamava de Morgadio de S. Miguel. Foi um caso revelado por Maria Adelaide Pereira de Moraes que baseando-se em documentos da época conta como uma mulher, Eugénia da Cunha Peixota, numa tentativa de assegurar a sucessão do morgadio administrado por seu marido, se viu envolvida num enredo que possivelmente lhe definiu uma vida infeliz e curta.

Nascida em 1594, Eugénia Peixota casou em 1621 com o homem que os pais lhe tinham destinado, o morgado de S. Miguel, Jerónimo Machado de Miranda, indivíduo já de idade avançada. Em 1623, o casal baptizou em Guimarães um filho. Mas, de imediato, vozes se levantaram para dizer que o filho não era deles, uns diziam que era de uma caseira outros, como o abade de Tagilde, afirmavam que era de uma irmã e do cunhado. A família do marido acusou Eugénia de tudo ter inventado para garantir uma sucessão directa no morgadio. A acusação de fraude rapidamente tomou uma dimensão irreversível que acabou por se procurar provar em tribunal. Quando em 1624, Eugénia enviúva, tornou-se, natural-

⁵ Catalogados como *Vínculos Abelho*.

⁶ "Práticas de construção e reprodução de poder no Portugal rural do século XVII ao século XIX. O caso do morgadio de Peroviseu e Chãos (Fundão)".

mente, uma mulher mais desprotegida, e os protestos dos que pretendiam assumir a sucessão do morgadio conseguem condená-la a uma pena de prisão, cumprida no Castelo de Guimarães. É aí que está em 1625, procurando quem a defenda. Em 1626 morreu a criança causadora do litígio e Eugénia foi libertada. Conhece-se, com a data deste ano, uma obrigação de dívida que faz a seu pai e pela qual se percebe como estava endividada. Os documentos indicam ainda que em 1627 Eugénia da Cunha Peixota já não estava viva. O morgadio de S. Miguel seguiu o seu percurso encontrando sucessores nos descendentes dos irmãos do marido de Eugénia, mas ficou para a história como o “morgadio do parto suposto” e ligado à memória de uma mulher que procurou devida ou indevidamente assegurar a sucessão na linha que considerava mais justa mas que sucumbe perante a pressão de uma linha sucessória mais forte a que, de facto, o peso da masculinidade não teria sido alheio.

Apesar de provavelmente nunca se poder vir a saber se, neste caso, a vontade de assegurar a sucessão de um morgadio levou realmente à invenção de um parto podemos, no entanto, com este exemplo apercebermo-nos como pesaram sobre mulheres as responsabilidades na sucessão e transmissão dos vínculos. São conhecidos casos de morgadas viúvas que sozinhas educaram os filhos e mantiveram com êxito a sua *casa* gerindo morgadios; de mulheres que abdicaram do casamento em prol da *casa* em que nasceram; de mulheres que aceitaram e viveram casamentos difíceis em nome da manutenção do património vinculado e também de mulheres que substituíram, nas decisões importantes, os maridos, administradores de morgadios, débeis e esbanjadores e que só graças a este empenho feminino as suas *casas* se mantiveram.

O morgadio e a defesa dos valores familiares

Sem cair em especulações inúteis podemos dizer que nesta instituição tão aparentemente masculina, a mulher esteve presente na sua instituição, na administração, na reprodução de sucessores, enfim, na sua preservação e reprodução.

Em Março de 1863, perante a irreversibilidade da lei que se discutia no parlamento e que preparava a abolição dos morgadios, a Condessa de Rio Maior, Isabel Maria de Sousa Botelho Mourão Vasconcelos⁷, exprime, numa carta a um dos seus filhos, a sua opinião acerca dos vínculos desta forma: “sinto muito a abolição dos vínculos, porque considero-os úteis para os governos monárquicos, porque acho que conservam as ligações de família, as tradições históricas, que são incentivos para continuar no caminho do dever e da honra, porque as nossas casas de fidalgos sempre foram e ainda hoje são o abrigo e amparo de muita gente, enfim, gosto dos vínculos como instituição política, e não acho esta instituição injusta, como muita gente diz (sem saber o que diz), porque os vínculos são todos instituídos nas terças, isto é, numa porção de fortuna particular de cada um, que até a um estranho se pode deixar”. O sentimento transmitido pela Condessa de Rio Maior perante a instituição morgada não deverá constituir uma excepção entre as mulheres do seu grupo social. A responsabilidade perante a defesa da família passa igualmente pela defesa da propriedade vinculada. Família e morgadio são instituições difíceis de separar. São

⁷ Isabel, Condessa de Rio Maior, pp. 319/320.

comuns às duas as preocupações de acumulação de capital de diferentes espécies, de o transmitir às gerações vindouras e em ambas as instituições o papel da mulher foi incontornável.

Assim, a reflexão sobre a importância da mulher na manutenção e preservação da propriedade vinculada em Portugal poderá estender-se por diversos campos, como por exemplo a importância do papel da mulher na família e a sua função na socialização e interiorização de valores práticos e simbólicos.

A procura da compreensão da intervenção da mulher em esferas predominantemente masculinas continua a ser objecto de inúmeras investigações. Estas parecem chegar a conclusões idênticas, quer se voltem para o passado ou se situem no presente. Citemos, por exemplo, Pierre Bourdieu⁸ que ao chamar a atenção para todo o trabalho simbólico e prático que se desenvolve na família actual com o objectivo de dotar cada indivíduo do chamado "espírito de família" através de inúmeras trocas, sempre no sentido da intensificação dos laços afectivos e da união entre os seus membros, refere o papel da mulher na concretização deste objectivo. Segundo as suas palavras, este trabalho "incumbe muito particularmente às mulheres, encarregadas de alimentar relações (com a sua própria família, mas também, com grande frequência, com a do cônjuge) por meio de visitas, mas igualmente de correspondência (e em particular as trocas rituais de cartas de votos festivos) e de comunicações telefónicas". Se hoje e perante outras realidades o papel da mulher na família é considerado relevante e fundamental, a sua função em épocas em que a família era o centro da reprodução social, económica e mesmo política foi determinante. Assim, as mulheres de morgados ou morgadas terão sido o garante, entre muitas outras coisas, da educação dos filhos, da sua ancoragem a valores que garantissem a sucessão familiar, das relações não só dentro da família mas também com outras famílias, muitas vezes com o objectivo de levar os filhos a contrair alianças matrimoniais vantajosas para a preservação do poder da sua *casa*; da organização de acontecimentos sociais dos quais resultassem ganhos materiais ou simbólicos.

Como conclusão e conscientes que a dimensão da importância da mulher nos mecanismos de reprodução social está longe de ser conhecida, acrescentaremos apenas que acreditamos que não só a instituição da família mas igualmente a instituição morgada, tal como hoje as conhecemos, foram o resultado de um trabalho simbólico e prático essencialmente feminino.

Fontes

– Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Leis, maço 7.
Vínculos Abelho

⁸ *Razões Práticas*, p. 97.

Bibliografia

- BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII-XV*, Sá da Costa, 2.^a ed., Lisboa, 1945-1952.
- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas*, Celta Editora, Oeiras, 2001.
- CÂMARA, Morgado João d'Arruda Botelho da, *Instituições Vinculares e Notas Genealógicas*, Instituto Cultural, Ponta Delgada, 1995.
- ESTEVES, Judite, "Práticas de construção e reprodução de poder no Portugal rural do século XVII ao século XIX. O caso do Morgadio de Peroviseu e Chãos (Fundão)", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol.44, Porto, 2004.
- *Do Morgadio à Divisão Igualitária dos Bens – extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, Tese de Doutoramento, 2008.
- GUERRA, Luís Bivar, *A Casa da Graciosa*, Lisboa, 1965.
- MACEDO, Ana Maria da Costa, *Família, Sociedade e Estratégias de Poder, 1750-1830*, APPACDM, Braga, 1996.
- MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior*, Quetzal Editores, Lisboa, 2004.
- MORAIS, Maria Adelaide Pereira de "Velhas Casas: IV Quinta do Paço", separata do *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1971.
- "Eugénia da Cunha Peixota ou o Morgado do Parto Suposto", separata da revista *Armas e Troféus*, n.º 1, Janeiro-Abril, Braga, 1977.
- PIMENTA, Alfredo, *Vínculos Portugueses*, Imp. da Univ. Coimbra, 1932.
- SANTOS, Armindo dos, *Antropologia do Parentesco e da Família*, Instituto Piaget, Lisboa, 2006.